



Pedro Dalmonte



Os trabalhadores vão às terras arrendadas em ônibus da prefeitura

Pedro Dalmonte



Programa de agricultura familiar garante a subsistência de trabalhadores rurais com o cultivo de arroz e feijão em terras arrendadas

As safras de café e cana-de-açúcar se estendem de maio a outubro, assim como a “ranca” da batata – ou seja, a colheita. Fora desse período, milhares de trabalhadores rurais do sul de Minas Gerais se tornam mão-de-obra ociosa. Na falta de emprego e de renda, muitas famílias se vêem dependentes de caridade e auxílio oficial para sobreviver. Esse foi o grande desafio encontrado, em 2001, pela primeira administração petista de Alterosa, um município de 14 mil habitantes, com economia agropecuária. “Quando acabava a colheita do café, acabava Alterosa”, diz José Antônio Beijo, que trabalha na lavoura. Pa-

Colhendo



Crianças com o arroz produzido pelo programa Agrovida

Fotos Júlia Reis

ra reverter essa realidade, a prefeitura desenvolveu um programa que busca não só gerar trabalho e sustento para a população carente, mas também romper com a herança assistencialista na cidade. Para o prefeito Dimas dos Reis Ribeiro, um dos fundadores do PT em Alterosa, há dez anos, essa não

foi uma missão fácil. “Muitas pessoas estão acostumadas a receber as coisas prontas”, afirma. “Não entendem por que simplesmente não distribuimos cestas básicas.”

O programa Agrovida, aplicado desde 2002, incentiva a agricultura familiar e o trabalho coletivo em terras

dignidade

particulares arrendadas pela prefeitura e divididas em lotes. São 68 hectares distribuídos em porções iguais às 120 famílias participantes do projeto. Cada uma cuida do seu lote, já plantado e adubado. É responsável por tudo – capinar, evitar pragas, colher, secar e ensacar. Ao final do trabalho – cerca de 90 dias após o plantio –, recebe uma parcela da safra, proporcional à sua participação. A produção é dividida de modo a beneficiar a todos os envolvidos no processo: 15% são destinados aos proprietários das terras arrendadas, 40% são reinvestidos no projeto e os 45% restantes são repartidos entre as famílias.

Sem paternalismo – A colheita de arroz mais recente, que chegou à casa dos trabalhadores do Agrovida no início de maio, rendeu em média seis sacos de 50 quilos para cada núcleo familiar. Isso significa uma safra de 80 toneladas. Eles passaram imediatamente

ao cultivo do feijão, com colheita prevista para junho. “Eu vou lá em troca da renda da gente”, diz Beijo, um dos lavradores engajados na empreitada. O programa desperta grande entusiasmo, mas ainda enfrenta dificuldades de natureza cultural. “Existem famílias habituadas ao assistencialismo, que não querem dar uma cota de trabalho e participação”, afirma o prefeito Dimas. “Estamos, aos poucos, trabalhando na conscientização das pessoas para superar essa visão.” As famílias que deixam de cumprir todas as etapas do trabalho – algumas não comparecem ao mutirão para secagem do arroz ou do feijão – recebem uma parte menor na divisão da colheita.

Dimas enfrentou o duro desafio de apresentar novos conceitos a uma cidade que passou os 60 anos da sua existência sob o governo das mesmas e tradicionais famílias. Quando a gestão petista criou a Secretaria de Assistência Social, Moradia e Trabalho, a



população dizia que “o prefeito não gostava de falar com pobre”, como conta a secretária de Assistência Social, Laura Lopes. Acontece que, na administração anterior, era o próprio prefeito quem decidia quais pessoas receberiam ajuda da prefeitura. No Agrovida, a escolha das famílias beneficiadas se dá a partir de critérios de necessidade, como renda, número de filhos, situação empregatícia, e do tempo de residência na cidade. Além de cadastrar as famílias, a prefeitura criou um fundo municipal para o Agrovida e negociou o arrendamento de terras.

Enfrentou, a princípio, o receio dos fazendeiros. “Havia um comentário malicioso que o PT tomaria as terras dos proprietários”, conta o prefeito Dimas. “Mas nós queríamos uma parceria.” Em dois anos, o Agrovida ganhou a confiança de outros fazendeiros, cada vez mais interessados pelo arrendamento. Nesse período, o projeto dobrou seu alcance. No início, eram apenas 34 hectares de terra e 55 famílias participantes. As safras apresentaram um rendimento quatro vezes maior, passando de 20 toneladas para 80. Além das atuais 120 famílias, outras 100 estão inscritas para o próximo ano. “Espero que o nosso programa se torne um exemplo para o Fome Zero, porque os objetivos dele estão sendo alcançados em Alterosa.”

Júlia Reis, de Alterosa

Fruto do próprio esforço

Quando o trabalho minguava, o lavrador **Jorge Geraldo Carvalho**, de 37 anos, costumava pedir à prefeitura cestas básicas para sustentar a família de cinco filhos. Agora, reservou espaço nas prateleiras de sua casa para armazenar a colheita de arroz do Agrovida. “Na entressafra não tem renda”, diz. “Com o programa, a gente garante o essencial: o arroz e o feijão.” Depois de vender parte do que recebe, ele armazena os grãos em embalagens PET. “Eu guardo, para quando precisar”, conta. “Tem época que o feijão custa R\$ 3. Não tem como o povo comer. Mas tendo feijão como tem lá em casa, agora sim.”



